



Conselho Municipal da Mulher

Lei Municipal Nº 7.235, de 14 de Dezembro de 2011

Ata da Reunião Dia 10/04/2019

Aos dez dias do mês de abril de dois mil e dezenove, às 18:45 horas, em segunda chamada, estiveram reunidas na sala de reunião do prédio anexo a Câmara Municipal de Vereadores de Piracicaba as Conselheiras e convidados citados no final desta ata para a reunião ordinária do Conselho Municipal da Mulher. Justificaram ausência as conselheiras Lorena V. Reis (SMADS), Regina H. Machado Santos (Secret. De Educação), Liliane Colina (Secretaria de Educação) e Aldelize Nascimento (Centro Comunitário Piracicamirim). A presidente iniciou a reunião agradecendo a presença de todos, principalmente das conselheiras que estiveram presentes no “I Encontro do Conselho municipal da Mulher com as/os Profissionais de Educação da Rede Estadual de Ensino”, desenvolvido hoje no período da tarde no Anfiteatro do Centro Cívico. Em maio haverá um 2º Encontro desta vez com os diretores e pede a presença da conselheira Mayra. Laura relata que 85 pessoas participaram da atividade; número maior do que o esperado e considerou o evento hesitoso. Abre a palavra para outros informes e a conselheira Pâmela relata o retorno das atividades do grupo de estudos feminista: “Mulheres em Movimento” e convida todos para a atividade a ser desenvolvida no próximo dia 18 de abril a partir das 19:30 horas, no Sesc Piracicaba – Sala Curumim. A conselheira Mayra informa que o Sesc trará um grupo de São Paulo para apresentação do teatro de rua intitulado “Os 3 porcos na favela” que traz a tona a questão da moradia. A peça será apresentada na entrada da Favela 3 Porquinhos; informará a data e horário em breve. A seguir houve uma rodada de apresentações e Laura informa a inserção de mais um assunto a ser colocado em pauta a pedido da conselheira Pâmela. A conselheira coloca que enquanto representante do Coletivo Marias de Luta esteve acompanhando uma mulher vítima de violência doméstica e sexual e explanou o caso desde o início do atendimento realizado na UPA Vila Rezende até o exame de corpo delito no IML; frisando o mal atendimento da médica que atendeu a usuária, demora para o atendimento e despreparo dos profissionais diante da situação, inclusive no se refere às medicações ministradas. Foram 26 horas indo de local a local com a mulher que estava extremamente abalada junto com seus dois filhos pequenos, até que conseguissem finalizar toda situação e queixa-se que a Rede que está construída há um ano ainda não funciona; coloca que pouco ou nada foi feito até o momento, uma triste constatação do coletivo que foi quem acabou articulando as ações que foram muito fragmentadas. Laura faz uso da palavra para dizer que esteve na DDM para falar com a delegada quanto à não aceitação dos documentos apresentados e informa que realmente todo procedimento das UPA’s não é válido para fins de representação; legalmente o único documento é do IML. A participante Danielle Godoi que também



Conselho Municipal da Mulher

Lei Municipal Nº 7.235, de 14 de Dezembro de 2011

representa o coletivo foi quem acompanhou a mulher até a delegacia da mulher no dia seguinte e também relata a dificuldade de fazer o boletim de ocorrência e no final das contas o caso, em vez de ser registrado como tentativa de feminicídio, acabou sendo registrado como lesão corporal. Ela também concorda que o trabalho de rede não funcionou; Laura diz novamente que a rede está sim caminhando; há ainda muita coisa a ser feita sim, porém antes, nós não conseguíamos o diálogo e o acesso à DDM como hoje; também o Cram fez seus encaminhamentos e inclusive esta mulher foi abrigada; a Patrulha Maria da Penha também prestou seus serviços uma vez que realizou acompanhamento com o Coletivo e também esteve presente nos arredores do CRAM. Portanto, não podemos dizer que não está funcionando. A seguir passou a palavra para os representantes da saúde para que pudessem dar uma devolutiva do caso. O coordenador das UPA's relatou que realizaram o levantamento do prontuário para ver o que havia acontecido e coloca que há um protocolo específico quando chegam casos de violência contra a mulher; relata que a conduta médica será analisada assim que a profissional retorne de suas férias e procurarão reformular alguns pontos do protocolo e reforçarão as informações junto às equipes que tem uma rotatividade muito grande. A enfermeira Paula da unidade relatou que aos casos de violência é dado prioridade amarela e que a demora normalmente é de 50 minutos. O pronto socorro está com demanda muito intensa devido surto de dengue; no dia de ontem, por exemplo, foram atendidas 410 pessoas; ela garante o profissionalismo da médica, que na ocasião estava em horário de jantar e que ela tem esta personalidade de questionar, perguntar ; quanto às reações, posologia dos medicamento acredita que a paciente pode não ter entendido, pois sempre é falado e a conselheira Pamela afirma que não foi informado nada Em relação à SINAN, afirma que a documentação normalmente é feita após o atendimento e que é raro acontecer alguma falha já que no dia seguinte uma pessoa denominada "sentinela" revê os protocolos e atendimento e faz o preenchimento do documento. O representante da CEVISA, Moisés Taglieta pensa que o papel dos conselhos é muito maior do que somente cobrar; sua atuação é para reforçar, formular e fiscalizar as políticas públicas e concorda com Laura a respeito da Rede; essa Rede nunca existiu e hoje já está aí formada, passível sim de erros, mas que os mesmo servem para crescimento. Relata que ainda não é possível a realização de todo protocolo num mesmo local; algumas coisas só podem ser realizadas em âmbito hospitalar e tem também a questão do exame pericial que também só o IML pode fazer. A longo prazo é algo que talvez possa e venha ser unificado. Ele comenta também que dentro das UPA's as equipes tem uma rotatividade muito grande, o que pode ter causado a situação de falta de informação; pede que quando houver situações como a apresentada que seja procurada



Conselho Municipal da Mulher

Lei Municipal Nº 7.235, de 14 de Dezembro de 2011

a enfermeira do local, a qual sempre estará ciente e tem conhecimento de todo protocolo. A conselheira Ermelinda, representante da secretaria de saúde dentro do conselho da Mulher, afirma que após o ocorrido já foram alteradas algumas coisas em relação ao protocolo e que um novo protocolo foi redigido e encaminhado as enfermeiras de todas as UPA's que que leiam e fiquem cientes para que não ocorram mais mal entendidos. Foi informado a todos presentes que há diferentes tipos de tramites para casos de violência física e violência sexual e a secretaria realizará uma conversa com todos envolvidos para que todos sigam o protocolo tal qual foi redigido e aprovado e finaliza dizendo que também acredita que a Rede está funcionando mesmo com dificuldades. A conselheira Mayra se preocupa com a realidade que temos vivido e entende a fala da colega Pâmela quando fala que a Rede não está funcionando pois aparenta que não são todos os atores que tem se empenhado em fazer dar certo, em participar; tudo acaba recaindo nos mesmos setores; onde está a DDM, o CRAM. Está faltando proatividade dos profissionais que fazem parte do conselho e da Rede. Daniele Godoi pede que é preciso aproveitar a Conferência da Saúde que ocorrerá nos dias 13 e 14 de abril para propor políticas para o recorte de gênero; é preciso uma urgente capacitação das equipes e profissionais envolvidos nestas questões a fim de humanizar o atendimento. A seguir Laura agradece a participação dos profissionais da saúde presentes e dá seguimento à pauta de hoje: Sugestão de propostas do CMM para a 9ª Conferência Municipal de Saúde que será realizada nos dia 13 e 14 de abril. Pede que Tatiana e Moisés possam falar um pouco sobre e também quais serão os eixos a serem trabalhados para que possamos enviar propostas. Os eixos estão indicados no próprio tema da conferência: "Democracia e Saúde: Saúde como direito, Consolidação e Financiamento do SUS", ou seja, serão três; para âmbito Estadual e Federal podem ser enviadas 2 propostas para cada um dos eixos; Moisés entende que devemos pensar mais fundo propostas para o âmbito municipal, uma vez que é mais passível de realização. O município é o grande local onde as coisas acontecem. Não havendo propostas no momento, Laura solicitou que sejam enviadas no máximo até sexta-feira, dia 12 de abril. A seguir iniciou-se a votação para a indicação das delegadas titular e suplente para a conferência. Houveram três interessadas em assumir o cargo, Laura Queiroz, Pâmela Cristina dos S. Oliveira e Maria Conceição Moreira; portanto, foi realizada votação nominal para definição, onde a delegada titular e suplente seriam aquelas com maior número de votos. Foram eleitas como delegadas Laura Queiroz como titular (10 votos) e Pâmela Cristina dos S. Oliveira (7 votos) representantes das mulheres no segmento Usuárias da Saúde. Dando sequencia à pauta de hoje Laura coloca em votação diversas propostas a ser levadas para o prefeito Barjas Negri e ao secretario de desenvolvimento



Conselho Municipal da Mulher

Lei Municipal Nº 7.235, de 14 de Dezembro de 2011

social José A. Godoy, a saber; 1) Solicitar ao Governo Estadual o atendimento às demandas do Conselho Municipal da Mulher e Procuradoria Especial da Mulher de Piracicaba (ofício 278/2019 – CMM) relativo às melhorias na DDM Piracicaba para um bom atendimento das mulheres usuárias deste serviço. 2) Instituir, no município de Piracicaba, lei que proíba a nomeação de condenados por violência contra a mulher, com base na Lei Maria da Penha, de exercer cargos públicos, tanto para administração direta quanto indireta. 3) Instituir Decreto Municipal ou Projeto de Lei que propõe o ensino de noções básicas sobre a Lei Maria da Penha nas escolas municipais com objetivo de difundir conhecimentos, incentivar a reflexão crítica da comunidade escolar, promover a igualdade de gênero e estimular denúncias de violência contra a mulher. 4) Que o município elabore um Plano Municipal de Políticas Públicas para a Mulher especialmente um Plano de Enfrentamento e Combate à Violência contra as Mulheres. Se necessário, para isso, contrate uma Consultoria especializada nesses serviços ou o convênio com Universidades e, que o Conselho Municipal da Mulher esteja junto na construção desses Planos Municipais, bem como as órgãos públicos da Rede de Atendimento e Proteção à Mulher de Piracicaba. 5) Ampliação da Campanha de Assédio no Transporte Público com linguagem e comunicação visual adequada e planejada incluindo a questões conceituais sobre machismo, sexismo, e a divulgação da Lei de Importunação Sexual. Se necessário, para isso, contrate uma Agência de Publicidade ou realize convênio com Universidades e, que o Conselho Municipal da Mulher esteja junto na construção dessa Campanha, bem como o MobCidade e os órgãos públicos da Rede de Atendimento e Proteção à Mulher de Piracicaba. 6) Bilhete MULHER PIRACABANA instituindo o direito de utilizar o transporte público, gratuitamente, para gestantes realizarem o pré-natal na Rede Municipal de Saúde. A gestante deve residir no município de Piracicaba, ter cartão do SUS e realizar todo o pré-Natal, exclusivamente, na rede pública. Nesses casos, o Bilhete Único deve ser solicitado na UBS, que encaminha o pedido à SEMUTRAN. Uma vez que a UBS já possui o cadastro da gestante, a paciente não necessita levar documentação específica para pedir o cartão. Esse mesmo bilhete facilitará o acesso da gestante ao transporte público, dando o direito de as grávidas entrarem e saírem pela porta de trás, sem necessidade de rodar a catraca dos ônibus. Importante que esta mulher esteja em situação de vulnerabilidade social, (nestes casos a SMADS teria que ser parceira na avaliação social). Também incluir a mulher em situação de violência para receber o bilhete, devido aos diversos deslocamentos que a mulher precisa realizar. Especificamente nestes casos o bilhete deve ser entregue à ela em até 24 horas. 7) Realizar pesquisa e mapeamento do município com dados das condições das mulheres para diagnóstico da



Conselho Municipal da Mulher

Lei Municipal Nº 7.235, de 14 de Dezembro de 2011

desigualdade de gênero e raça e levantamento de todos os serviços, programas e projetos municipais que favoreçam a superação dessa desigualdade, como subsídio para o plano municipal de políticas públicas para a mulher. 8) Criação de um Centro de Atendimento e Acompanhamento ao autor de violação, por meio da articulação do SUS (Sistema Único de Saúde), SUAS (Sistema Único de Assistência Social), do Poder Judiciário, e Defensoria Pública e que envolvam as três esferas de governo. 9) Capacitação técnica regular para as equipes que trabalham na rede pública de saúde no que refere-se à questão de gênero. Inicialmente eram oito as propostas, sendo que a proposta de número 6 teve algumas alterações e foi incluída a proposta 9 em realção a capacitação dos agentes. Tais propostas serão entregues em reunião no dia 15 de abril às 15 horas e a presidente Laura aproveitará o momento para discutir a nova eleição do Conselho da Mulher que deve ocorrer em junho deste ano. A última pauta trata da solicitação da OSC Caphiv a qual pede parceria do Conselho da Mulher diante de chamamento público que participará apresentando 2 projetos; um que trata de prevenção e outro de controle social e advocacy Paulo, presidente da OSC explica um pouco sobre o trabalho desenvolvido por eles e solicita que o conselho assine a carta de indicação apresentada, a qual foi lida e por votação unânime e será assinada pelo Conselho da Mulher. Não havendo nada mais a relatar, eu, Cássia Tonin Del Tio, 1ª secretária do Conselho Municipal da Mulher, encerro esta ata.

Presentes:

1. Mayra K. C. Monteiro – Assoc. De Moradores e Amigos do Jupia
2. Pamela Cristina dos S. Oliveira – Assoc. De Moradores e Amigos do Jupia
3. Laura Queiroz – Instituto Formar
4. Graziela G. Tozin – Assoc. Piracicabana de Ostomizados
5. Débora C. Alves Moreira – Assoc. Piracicabana de Ostomizados
6. Terezinha Altarugio – Sind. Dos Bancários e Piracicaba e Região
7. Carolina Angeleli – Sind. Dos Trab. Ind. de Alimentação
8. Aracy Lovadini – CDL/ Esc. Samba Unidos Cid. Alta/ Sind. Dos Pintores
9. Maria Conceição Moreira – CDL/ Esc. Samba Unidos Cid. Alta/ Sind. Dos Pintores
10. Dina Ap. de Paula Tanaka – SEMACTUR
11. Tatiana do P. L. Bonini – Secretaria Municipal de Saúde

Rua Cap. Antônio Corrêa Barbosa, 2233 – Chácara Nazareth – Piracicaba/SP
10º Andar – Secretaria Municipal de Governo e Desenvolvimento Econômico
Fone: (19) 3403-1056 - Whatsapp: (19) 9.9994-3429
E-mail: conselhomulher.piracicaba@gmail.com



Conselho Municipal da Mulher

Lei Municipal Nº 7.235, de 14 de Dezembro de 2011

12. Ermelinda de Fatima V. Esteves – Secretaria Municipal de Saúde
13. Ursula G. Fontoura de Oliveira – SMADS
14. Cássia C. Tonin Del Tio – Fundo Social de Solidariedade
15. Fernanda Setem– Enfermeira UPA Vila Rezende
16. Beatriz Fuentes – Coletivo Marias de Luta
17. Andressa Mendes – Coletivo Marias de Luta
18. Danielle Godoi – Coletivo Marias de Luta
19. Carlos E. Tavares – Coordenador Unidades de Pronto Atendimento/ Secret. Munic. De Saúde
20. Moises Taglieta – CEVISA / Secretaria Municipal de Saúde
21. Jussara Veiga
22. Eliel da Fonseca – CAPHIV
23. Mayara A. da Silva – CAPHIV
24. Paulo Soares – Presidente CAPHIV

Cássia Cristina Tonin Del Tio

1ª Secretária

Laura Queiroz

Presidente